

PREÂMBULO

DISCERNIMENTO PESSOAL

Nossos hábitos de pensar, agir moldam nosso caráter, nosso ser. Rezamos, dessa forma, na magnífica oração do Confeiteiro: “Pequei por pensamentos, palavras e obras”. Todo e qualquer ato engendrado por nós, seja físico, emocional ou mental, traz consequências. São como sementes (boas ou más) que, conforme sua natureza, por sua analogia, geram frutos bons ou maus. Somos os únicos responsáveis por nossos pensamentos e atitudes, dotados que somos de livre arbítrio. A ninguém, pois, salvo exceções, podemos responsabilizar pelo que somos ou mesmo pelo que sofreremos. “Quem semeia ventos, colhe tempestades”, diz o provérbio.

No imo, aparentemente conflituoso, de nossa consciência, discernimos – e bem – o que é certo, o que é errado. Somos dados, porém, a justificativas, a argumentos, à culpabilização que encubram ou atenuem nossos atos, eventualmente errôneos. Um fenômeno histórico-existencial. A Bíblia, na sua impar simbologia, diz que, embora advertidos e orientados por Deus, Adão e Eva comeram do fruto da árvore do conhecimento (do bem e do mal). Optaram pela insinuação da serpente, gerando o exílio, o sofrimento, a mais dramática catarse. Ainda outra memorável passagem: a ressurreição triunfal de Cristo. Embora por Ele amplamente predito (e concretizado) quanto à Sua Ascensão, as autoridades astutas, todavia, deram sua versão fraudulenta: Seus discípulos roubaram-Lhe o corpo (Mt 13,39).

Há leis universais inderrogáveis que necessitam ser aprendidas, sob pena de permanecermos presos a uma roda de angústias e sobressaltos. Acharo-nos imersos num universo de matéria e mente – maya, como denominam os orientais. Um mundo de objetos, atrações, tentações, sensações que nos viciam, nos afastam da “entrada estreita” (que é a natureza divina). A toda hora, o fruto proibido nos acena, exacerbando-nos o intelecto, os sentidos, a “larga porta da perdição”.

O desafio: refrear os prazeres, vícios passageiros, nos interiorizar, nos lapidar, nos consagrar a Deus, que se manifesta em nós, em tudo e em todos como Reino, Poder e Glória. O exercício da oração, perdão, meditação, ações benevolentes, a transcendência, gratidão incessante a Deus. Discernir entre o que é eterno e não eterno, o que é permanente e não apenas instrumento de prazeres efêmeros.

Somos dados à tagarelice, à bisbilhotice, ao juízo alheio, ávidos por criticar e julgar. Mera exibição de orgulho, hipocrisia, pois, assim agindo, consideramo-nos superiores ao próximo. Trazemos imperfeições, fraquezas, mundanidades, nos burilando ao longo da travessia, pelo afiado corte da experiência e/ou da dor. Esquecemo-nos de nossas fragilidades. Deixamos, muitas vezes, de exercer a caridade, a compaixão. Deveríamos/devemos ver o bem em todos, porquanto formamos uma só família, um só rebanho. Em algum momento, a faísca do Espírito desabrochará, nos tocará e palmilharemos o privilégio de servir e de sermos instrumentos intimoratos de Deus.

AO PÉ DA FOGUEIRA COMO SE LIVRAR DOS “BOCAS LIVRES” UMA ESTRATÉGIA MORDAZ

Trabalhava, ao longo do dia, numa das várias indústrias da localidade. Como tantos outros companheiros, levava marmitta, guardadas na geladeira da cozinha. Recomendação da empresa, em especial para os empregados residentes em bairros mais distantes, não necessitando, dessa forma, se deslocar à hora do repasto até ao domicílio.

A esposa preparava o almoço com todo gosto, mesmo requinte. Cardápio sortido, variado, substancioso, com qualidade e tempero. Verduras diversificadas, arroz, feijão, macarrão, omelete, farofa e carne, os mais distintos tipos. Passara a observar, de algum tempo, ao abrir a marmitta, no momento do almoço, que a comida, mais especificamente a carne, estava minguada. Quantidade reduzida, escassa. – A patroa anda econômica, pensou por vezes. Inicialmente nada dissera. – Deve ser a sobrecarga dos afazeres da casa, os cuidados com os filhos todos menores...

Como engordava porco – mantinha uma sociedade com o sogro na pequena propriedade nas adjacências da cidade – e tinha abatido um bom cevado por aqueles dias, ao observar a marmitta, anteendo um lauto ágape à base de carne suína, eis tão somente uma migalha, uns fiapos. À noite, comenta com a esposa: - Você anda muito “poupadeira” na carne. Mesmo agora que matamos porco e estamos abastecidos em casa, você tem colocado uma nesga, um quase nada na marmitta...

A operosa senhora se sobressalta. – Tenho enchido sua marmitta, todos os dias, e com muita carne! Logo hoje que você está reclamando, é que caprichei: bife, pedaços de linguça, até almôndegas...

Deram pela coisa. Alguém matreiro, pançudo, na firma estava passando bem às suas custas, filando a sua carne. Difícil descobrir quem, por mais ficasse de olho aberto, esticasse as orelhas, por mais atento fosse, tantas as pessoas, dezenas de funcionários que zanzavam pelos corredores e cozinha, durante o expediente... Passou a amarrar a marmitta com arame flexível. Andou comentando com os responsáveis e chefes de turma. Inútil. O que era bom: carne ou outras variedades como bolinhos, frituras, salgadinhos, desapareciam...

Teve, então, uma bizarra solução – e fatal - para o problema, que funcionou tiro e queda, livrando-o, de uma vez por todas, dos bocas livres. Dispunha, em casa, de uma dentadura plástica, na verdade um brinquedo infantil, dessas de vampiro, que imitava prótese natural. Devidamente higienizada, passou a colocá-la na marmitta...



ADIVINHAS

- 1-Somos muitos irmãozinhos, em uma só casa vivemos, se nos coçam a cabeça, num instante morremos.
- 2-Fui na feira e comprei uma bela, cheguei em casa e comecei a chorar com ela.
- 3-Uma casinha com duas janelinhas
Se olhas para ela, ficas zarolha.
- 4-Ouro não é, prata não é, abre a cortina e verás o que é.

Respostas: 1- Os fósforos; 2- A cebola; 3- O nariz; 4- A banana

Provérbios e Adágios

- Se o cavalo ganhar a corrida uma vez é sorte; se ganhar pela 2ª vez é coincidência, mas se ganhar a 3ª vez, deixe a matemática de lado, aposte no cavalo.
- Não se faz omelete sem quebrar os ovos (ditado chinês)
- Se queres ser um pavão, pare de andar com urubus

Para refletir:

- As pessoas, quando tem o poder em mãos, se superestimam, se enganam e provocam sua própria queda (Tucidides, historiador grego – “História da Guerra de Peloponeso”)
- Por todos os caminhos que escolheste, um poeta já havia passado antes (Sigmund Freud)
- Uma parte de mim é multidão, a outra é solidão e estranheza (Ferreira Gullar)
- A liberdade do cristão é acompanhada de forte senso de dever (Martinho Lutero)
- A construção de uma casa só se completa quando se edifica um muro à sua volta (Provérbio chinês)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO
APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

FAZENDA DO TANQUE

Nosso estimado amigo e colaborador Prof. Antonio Gaio nos alerta, uma vez mais, sobre a correta localização da Fazenda do Tanque, no município de Conceição da Barra de Minas, mencionada por nós erroneamente na edição LXX, julho/2013, como sita no município de Ritópolis. Fizemos a devida retificação, tão logo verificada a falha e nos desculpamos em nossa edição nº CIV – maio/2016. Conforme afirmamos, tratou-se de falha nossa, baseados em informação oral, e que novamente nos excusamos. Permitimo-nos observar, contudo, que segundo o conceito de muitos moradores da região, quando consultados, a sede ou quinhões Fazenda do Tanque, talvez dada a sua considerável extensão territorial e influência no passado acham-se, segundo essas pessoas, no atual município de Ritópolis. Daí o nosso equívoco.

A Fazenda do Tanque, mencionada por Saint Hilaire quando de sua passagem por nossa região em março de 1819, fica à margem esquerda do Rio das Mortes em terras à época e ainda hoje pertencentes a Conceição da Barra de Minas. O próprio Saint Hilaire informa estarem as terras desta fazenda por ele atravessadas, e em cuja sede pernottara, a cerca de meia légua do “arraial de Conceição” (da Barra). O mencionado cientista francês não cita o nome do sacerdote proprietário da fazenda (do Tanque) talvez propositadamente, sendo ele severo crítico do clero da região, envolvido com negócios profanos (fazendas, mineração, concubinato etc.). Provavelmente, o proprietário à época da passagem de Saint Hilaire seja o Pe. Francisco Ferreira da Silva (1772-1843), vigário de Conceição da Barra entre 1833-1840. Pe. Francisco Ferreira da Silva, tido como o último dos grandes mineradores de lavras no Rio das Mortes, foi recenseado por Von Eschwege em 1814 na classificação “minerador” (“Pluto Brasiliensis” vol.2, Ed. Itatiaia/Edusp, 1979, p. 44).

Pe. Francisco Ferreira redigiu seu testamento em 1837 e aberto em 1843, reconhecendo quatro filhos naturais. Recomendamos os interessados seja consultado o Projeto Compartilhar.

ASSINATURAS DE JORNAIS EM TEMPOS ANTIGOS SÃO TIAGO

Segundo nos informou o sr. Geraldo Graciano de Carvalho (“Geraldo Oléicio”), um dos assinantes tradicionais de jornais em nosso meio, décadas de 1940/1950, era o sr. Joaquim Machado da Silveira (“Quincas da Peixe”), proprietário da Fazenda Côrrego das Pedras. O jornal vinha através da Estação de João Pinheiro/Congo Fino, trazido no lombo de burros, por estafetas, dentre eles o sr. Luiz de Freitas. Devido à distância entre São Tiago e a estação, as cheias dos rios, estradas enlameadas à época das chuvas, os jornais chegavam com atrasos de semanas, até mais de mês.

Posteriormente, final da década de 1950 e inícios de 1960, passaram a ser despachados até a estação de São João Del-Rei, de lá trazidos para São Tiago, no ônibus-jardineira do sr. Vicente Mendes. O chefe do correio local era o sr. Chiquinho Alvim, acolitado por Dª Tatinha, que atendiam a população em sua residência na Rua Francisco de Paula Lara (Rua da Fontinha), pois não havia entrega domiciliar de correspondência. As pessoas interessadas em postar e recolher correspondências tinham que se deslocar até lá, muitas vezes sob fortes chuvas.

RETIFICAÇÃO:

Na edição CXVI – maio/2017 do Boletim Sabores e Saberes, na página 11, texto: Algumas Efemérides de Mercês de Água Limpa onde se lê:

• 12/12/1953 – Lei Mineira nº 1039 eleva Mercês de Água Limpa à condição de distrito de São Tiago, sendo (o distrito) instalado somente em 29/04/1963.

Leia-se: 12/12/1953 – Lei Mineira nº 1039 eleva Mercês de Água Limpa à condição de distrito de São Tiago, sendo (o distrito) instalado somente em 29/04/1962.

• E onde se lê: 29/04/1963 – Lei Municipal nº 294, em conformidade com a Lei Estadual nº 2783 de 06/01/1963, delimita o quadro urbano e suburbano de Mercês de Água Limpa e instala institucionalmente o distrito (solenidade oficial em 29/04/1962).

Leia-se: 26/04/1962 – Lei Municipal nº 294, em conformidade com a Lei Estadual nº 1.039 de 12/12/1953, delimita o quadro urbano e suburbano de Mercês de Água Limpa e instala institucionalmente o distrito (solenidade oficial em 29/04/1962).

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



VELAS E CERA



Há milhares de anos, o homem conquistou o domínio do fogo, não havendo consenso entre a comunidade científica, num espaço entre 400 mil a 1 milhão de anos. Ao aprender a acender uma fogueira, ganhou ele um aliado para manter o corpo aquecido em climas ou estações frias, a preparar alimentos, tornando-os mais saudáveis e saborosos, a afastar animais predadores.

• Os relatos mais antigos sobre o uso da vela, feitas com gordura animal e um pavio, datam do séc. V a.C, entre os etruscos, povo que dominava o Vale do Pó e Etrúria (hoje a Itália). Gregos e romanos mantinham o fogo sagrado em altares, em honra à deusa Héstia – o fogo que nunca apagava, como símbolo da perenidade do império. Na Idade Média, velas de cera eram usadas nos mosteiros, igrejas e salões, dando brilho às solenidades litúrgicas e às festas aristocráticas. Vieram depois lâmpíões e lamparinas a óleo. No séc. XV, surgiram os primeiros moldes das velas de sebo. As ruas de Londres receberam as primeiras lâmpadas a carvão em 1807; este mesmo sistema de iluminação pública seria implantado em 1817, novidade que só chegaria ao Brasil em 1851.

A vela é utilizada, pois, desde tempos remotos, por vários povos, seja de forma simples ou acoplada em lanternas e empregada antes da descoberta da lâmpada e de outros sistemas de iluminação elétrica. As primeiras velas eram feitas de juncos umedecidos em sebo líquido de animais. Antes do séc. XIX, o material utilizado para a confecção de vela(s) era a gordura de animais, que expeliam fumaça densa e de cheiro desagradável, quando não nauseante. No início do séc. XIX, com a descoberta da estearina – substância obtida do sebo refinado, composto químico mais tarde extraído de palmeiras – obteve-se um produto de maior resistência, de odor agradável, ao lado do uso do fio enrolado como pavio, a introdução da parafina derivada do petróleo, a mistura da parafina com estearina. Após a II Guerra, surgiu a parafina sintética, proporcionando qualidade superior à vela. Com o desenvolvimento da indústria de derivados de petróleo, a parafina sólida passou a ser utilizada, por ser dotada de alta qualidade, diversidade e refinamento. Além da parafina, eram utilizados outros combustíveis, como o azeite, óleos vegetais.

Com o advento da energia elétrica, a vela passou a ter outras utilidades, diversas da original, como a decoração de ambiente, de festas e eventos sociais (formaturas, casamentos, cenários artísticos, momentos de romance), compondo o local com suas cores, iluminação, embelezando o espaço e aproximando as pessoas. Acresça-se ainda o seu uso religioso e funerário. Novas técnicas de fabricação surgiram, tanto artesanais quanto industriais, para esses fins. Surgiram as velas aromáticas, feitas geralmente de parafina ou gel, de substâncias odoríferas, essências e extratos naturais, criando um visual diferenciado, atrativo e mesmo ritualístico, dando alma aos mais variados ambientes e momentos. Velas acesas relaxam, sublimam os sentidos, despertam espiritualidade, um clima de aconchego, intimidade, reflexão, sublimação, embevecimento, sedução...

A vela que arde é símbolo da criatura que se consome diante do Criador, de adoração, entrega aos desígnios divinos. Para o cristão, a vela acesa simboliza Cristo, a “Luz do Mundo”, a Quem cabe –nos seguir, porquanto Ele nos ilumina o caminho, irradiando Sua eterna, iluminadora, transformadora Luz!

O QUE É A VELA – A vela ou candeia é uma fonte de luz que consiste num combustível sólido. A função do pavio é ser queimado no intuito de produzir fogo (chama), que, por sua vez, ilumina o ambiente. O pavio, previamente à ignição, é saturado com combustível, na forma sólida. O calor do fósforo ou outra fonte de fogo irá derreter e vaporizar pequenas partes do combustível e que, no estado gasoso, ao combinar-se com o oxigênio da atmosfera, formará a chama e esta gerará calor suficiente para manter a vela acesa, numa típica reação ou cadeia de autossustentabilidade. O calor da chama derrete a superfície do combustível sólido, liquefazendo-o e fazendo-o deslocar em direção ao pavio, subindo por capilaridade. O líquido, com o calor, passará para o estado gasoso e consumido, dessa forma, pela chama.

O USO DA CERA – A cera era, outrora, um produto caro para os orçamentos das paróquias, irmandades, claustros e famílias. Os altares principais utilizavam-se de velas de libra, grossas e pesadas; altares laterais eram iluminados a meia libra. A iluminação da Igreja Matriz era feita com velas colocadas nos candelabros e lustres dependurados. Nas procissões, para acender as lanternas, usavam-se velas mais curtas; já as tochas de cada irmão ou confrade – estes envergando o hábito comprido e capa, denominado opa ou balandrau – eram acesas com tocos curtos, reutilizados e de segunda mão.

Todo o escorrido (resíduos) da cera, tanto dos lustres, altares como das tochas e lanternas, era cuidadosamente recolhido, guardado. A cera ajuntada, após cada procissão, era entregue a uma comadre de confiança e com habilidades, que derretia os escorridos em banho maria, refazendo as velas. Uma roda de 1,5 m de diâmetro, com pino central, preguinhos à volta a cada 10 cm, barbantes de algodão dependurados em cada preguinho e que eram besuntados com um pouco de cera. Para as velas do altar, barbantes maiores; para outros tipos de velas ou archotes, tamanhos de acordo com a necessidade.

A comadre mantinha o braseiro sob a água, que, assim, esquentava a cera, derretendo-se esta cuidadosamente. Com uma canequinha de lata ou folha, despejava-se a cera líquida nos barbantes dependurados; a cada jato ou camada, a vela solidificava-se nos barbantes. Para economizar tempo e reduzir serviço, as velas das tochas eram cortadas, com aproximadamente 20 cm, sobre os cabos de madeira, já na grossura certa dos cálices. As velas das lanternas, por sua vez, eram mais curtas e estreitas.

Para iluminação interna das casas, mais economia de cera. Juntava-se um pouco de sebo (gordura animal), que, por ser malcheiroso, pestilienciava o ambiente ou então, utilizavam-se lamparinas de querosene ou azeite de mamona. Geralmente, as Câmaras Municipais da época, em períodos de festejos principais e oficiais (missas, procissões, Te Deuns) destinavam subvenções e recursos para a cera.

(Fonte de pesquisa: www.são.joão.del.rei.blogspot.com.br/2014/algumas-anotações-sobre-o-monsenhor-gustavo-coelho.html – Matéria de autoria de Evandro de Almeida Coelho acesso em 19/05/2016)

A LENDA DO JAPUAÇU: O CONQUISTADOR DO FOGO

A Lenda do Japuaçu é uma das mais interessantes narrativas dos povos da Amazônia. Ela descreve como os índios tiveram acesso ao fogo, que é um elemento imprescindível para a sobrevivência humana.

Assim diz a Lenda do Japuaçu: no princípio os índios ficavam apavorados quando o sol se punha no horizonte, pois eles não tinham o fogo para afastar o frio e os perigos da escuridão da noite. Naquela época, os indígenas só tinham acesso ao fogo quando um raio caía do céu e iniciava um incêndio na floresta.

Toda vez que os índios viam algum sinal de fumaça, saíam correndo em direção ao incêndio para acender uma tocha que eles carregavam com bastante cuidado. Mas, essa tarefa de guardar o fogo não era nada fácil, pois a Amazônia é um dos lugares que mais tem chuvas no mundo. Bastava começar uma chuva forte e as fogueiras e tochas se apagavam rápido. Quando isso acontecia, os índios precisavam esperar outro raio cair do céu e um novo incêndio começar na mata para eles terem acesso ao fogo. Essa situação era muito difícil e penosa.

Certo dia, o pajé da tribo pensou um plano para resolver aquela dificuldade. Ele escolheu o guerreiro mais forte e valente da aldeia para subir ao céu em busca do precioso elemento, que era guardado pelo raio. Para cumprir aquela missão, o pajé fez uma poção mágica que, ao ser bebida, transformou o bravo guerreiro num belo pássaro, que voou às alturas para lutar com o raio e trazer o fogo para a Terra.

Depois de grande luta com o raio, o belo pássaro tornou vitorioso do céu com uma porção de fogo, que ele trouxe presa ao bico.

Quando o pássaro chegou à aldeia, os índios tiveram uma grande alegria. O pajé rapidamente pegou a porção de fogo e transferiu seu poder para as pedras e gravetos da mata. Depois, o pajé ensinou que quando os índios quisessem iniciar uma fogueira eles precisariam apenas pegar algumas pedras e batê-las umas nas outras, saindo faíscas e dando origem ao fogo. Do mesmo jeito, era só pegar os gravetos e esfregá-los em um pedaço de madeira seca para iniciar as chamas de uma bela fogueira.

Os índios estavam bastante felizes com aquela ótima conquista, mas quando o valente guerreiro voltou à forma humana todos tiveram enorme susto. Ele estava com o rosto deformado pelo fogo celeste. Aquele trauma foi pesado demais para o jovem guerreiro. Antes daquela tragédia ele era admirado por sua beleza. Agora todos se assustavam quando viam sua face marcada pelas chamas. Ele não aceitava viver daquela forma, com o rosto marcado pela queimadura. Por isso, implorou ao pajé que o transformasse de novo num pássaro.

Foi assim que surgiu o Japuaçu de bico vermelho, cor de fogo, que é esse pássaro especial que voou alto para lutar com o raio e trazer o fogo do céu para a Terra.

Por causa da grande bravura desse jovem guerreiro, os índios tiveram oportunidade de mudar seu destino. O domínio do fogo foi algo decisivo para sua prosperidade, principalmente para aqueles índios que viviam na grande floresta Amazônica, um local cheio de desafios e perigos!!!

Ilha de Marajó - PA, Outubro de 2013.
Giovanni Salera Júnior



IV Encontro da Família Mata

Junho/2017

Vinicius da Mata Oliveira
 vinicius.thor@gmail.com



José Pedro da Matta



Balbina Lina Viana

História da família Mata

Por muito tempo a genealogia esteve presa a uma ideia de nobreza e fidalguia, sendo como que algo exclusivo de uma classe, e perpetradora de um sistema de poder e dominação, no entanto, e principalmente com a democratização dos meios de comunicação, a genealogia tem se mostrado uma forte aliada na preservação não só da história de qualquer família, seja ela advinda de qualquer meio social, ou origem étnica, como também na derrubada de preconceitos, a partir do momento que se descobre a variedade de procedências que uma única família pode ter, e não ficaria de fora disso tudo, a história e genealogia da família Mata.

Teve início essa família em um certo Manoel de Gouveia, o ancestral mais antigo por essa linha que consegui rastrear, nascido por volta do ano de 1660, em um lugar chamado Quinta da Mata, na freguesia de Sobral Pichorro, concelho de Fornos de Algodres, no distrito de Guarda, em uma região mais ao norte de Portugal; um pequeno lugarejo que atualmente conta com apenas 208 habitantes, mas que ainda preserva locais históricos, inclusive o lugar denominado Mata.

Iniciando então a história da família, Manoel de Gouveia muda-se para a freguesia de Vale do Seixo, no concelho de Trancoso, no mesmo distrito de Guarda, onde casa-se com Catarina Ribeiro, falecida em 13 de abril de 1704, certamente natural dessa freguesia, e onde nasceriam pelo menos quatro filhos:

- 1- Manoel Fernandes da Mata, que segue;
- 2- Catarina, batizada aos 10 de janeiro de 1695, tendo por padrinhos Antônio Francisco e sua filha Ana Maria;
- 3- Catarina, batizada aos 08 de maio de 1697, tendo por padrinhos Diogo Afonso e sua mulher Catarina Fernandes;
- 4- Catarina, batizada ao 07 de janeiro de 1699, tendo por padrinhos Diogo Afonso e sua mulher Catarina Fernandes, certamente suas duas irmãs homônimas terão falecido, antes que essa última nascesse.

1- Manoel Fernandes da Mata, é o primeiro a adotar o sobrenome Mata, sendo então aqui que começa a história desse sobrenome, batizado na mesma freguesia de Vale do Seixo aos 16 de outubro de 1691, tendo por padrinho Francisco Sales, à exemplo do pai, muda de sua freguesia natal, e vai para a freguesia São Martinho de Celorico, no concelho de Celorico da Beira, ainda no distrito de Guarda, onde casa-se aos 06 de maio de 1715 com Ana Nunes, aí nascida em 24 de setembro de 1692, e batizada aos 02 de outubro do mesmo ano, filha de João Nunes, falecido em 29 de setembro de 1704, e de Maria Rodrigues, falecida aos 26 de julho de 1693.

Aqui nos cabe pelo menos dois pontos importantes na compreensão do surgimento do sobrenome Mata, que pode ter surgido então de duas hipóteses a meu ver; a primeira é que o próprio Manoel Fernandes terá adotado para si tal sobrenome, sabendo do nome do lugar onde seu pai nasceu, em uma época em que não existia regras muito bem definidas para a escolha de um sobrenome, se notarem, seu primeiro sobrenome Fernandes, não vinha nem de seu pai, nem de sua mãe, mas sim de algum antepassado mais distante que ainda não foi possível descobrir; e a segunda hipótese é que a palavra Mata poderá ter sido usada pelo pároco da freguesia de São Martinho de Celorico, em seus registros paroquiais, para diferenciar esse Manoel Fernandes, de outros Manoel Fernandes homônimos que existiam naquela mesma localidade, prática comum entre os padres da época, sendo que depois teria sido incorporado como um sobrenome; mas certo é que a origem está no nome do lugar Quinta da Mata, onde seu pai Manoel de Gouveia nasceu.

Manoel e Ana deveriam ser pequenos agricultores ou artesãos, e vivam humildemente na freguesia de São Martinho de Celorico, e segundo seus registros de óbito faleceram pobres, Manoel aos 35 anos, em 06 de novembro de 1726, e Ana aos 34 anos, em 05 de abril de 1727, tiveram três filhos, todos nascidos em São Martinho

de Celorico:

2-1- Josefa, nascida aos 05 de setembro de 1719, e batizada aos 13 do mesmo mês e ano, tendo por padrinhos José Dias de Carvalho e Maria Luísa;

2-2- José da Mata, que segue;

2-3- Jacinta, nascida aos 02 de janeiro de 1725, e batizada aos 15 do mesmo mês e ano, tendo por padrinhos Francisco e Jacinta, ambos solteiros.

2-2- José da Mata, seguindo com o sobrenome Mata que teve início com seu pai, nasceu aos 11 de março de 1722, e foi batizado aos 19 do mesmo mês, teve por padrinhos José e Catarina, solteiros, filhos de Antônio de Matos Guterres, ficou órfão de pai aos 4 anos, e de mãe aos 5 anos, sendo seus avós também já falecidos, tendo certamente sido criado por seus tios, irmã e meios-irmãos de sua mãe Ana Nunes; terá vivido em São Martinho de Celorico até por volta do ano de 1755, ou pouco mais, época em que como muitos outros portugueses, sai de Portugal e rumo ao Brasil, decerto em busca de novas oportunidades, e tentando alguma sorte diferente à de seus pais, se estabelece na vila de Nossa Senhora da Conceição da Barra, atual cidade de Conceição da Barra de Minas, onde casa-se aos 26 de novembro de 1761 com Joana Freire, daí natural e batizada em 02 de julho de 1736, filha do português natural da freguesia de Padornele, no concelho de Paredes de Coura, distrito de Viana de Castelo Estêvão Pereira dos Santos, e da brasileira natural de Guarulhos em São Paulo, Maria Freire, sendo os pais desta, Lourenço Correia de Moraes e Maria Freire de Godoy um dos mais antigos moradores da vila de Conceição da Barra, e descendentes das mais antigas famílias da Capitania de São Vicente, que já estavam no Brasil desde o século XVI, como os Moraes de Antas, os Garcias Velhos, Martins Bonilha, Macieis, Raposos e outras; e que tiveram papel na formação política de cidades como São Paulo e Mogi das Cruzes.

José da Mata e Joana Freire viveram em Conceição da Barra até falecerem, e viveram modestamente, segundo o inventário post mortem de Joana Freire, foram arrolados entre seus bens umas casas de vivenda cobertas de telha com seu quintal, murada e cercada tudo de pedra, com arvoredos de espinhos, bananal e outras plantas, sitas no arraial de Nossa Senhora da Conceição da Barra que partem com o beco que divide as ditas casas e o patrimônio do padre André Vaz de Siqueira, tudo foi avaliado na quantia de 170\$000 (cento e setenta mil réis), e no inventário de José da Mata, constou ainda uma terras minerais de goapiara, que se acham situadas na Paragem chamada o Tijuco desta Aplicação da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Barra, nas quais são sócios Eugênio Martins de Mello e Miguel Pereira dos Santos ou o herdeiro deste, que foi avaliada em 50\$000 (cinquenta mil réis), sendo que o monte-mór desse inventário foi de 828\$450 (oitocentos e vinte oito mil quatrocentos e cinquenta réis).

Segundo seus inventários, José faleceu em 1º de outubro de 1794, e Joana em 26 de junho de 1793, tiveram apenas dois filhos:

3-1- Padre José Freire da Mata, batizado em Conceição da Barra de Minas em fevereiro de 1768, ordenado padre em Mariana em 1797, é uma figura interessante na história da família, pois podemos dizer que é a partir dele de certa forma, que o rumo da família muda de cenário; o Pe. José Freire da Mata como vários outros exemplos parecidos em nossa região, era um típico clérigo ligado não só a fé, mas também ao patrimônio e as terras, e sem dúvida o fato de ser padre, e ter tido uma educação formal, fato raro naquela época, abriram portas para que ao longo da vida acumulasse considerável riqueza, foi morador na Aplicação da Capela de Santo Antônio da Ponte Nova, atual cidade de Itutinga, onde deveria ser pároco, fez testamento em 17 de setembro de 1830, e instituiu por seus herdeiros, todos os seus sobrinhos, filhos de sua única irmã Joana Silvéria da Mata, já falecida nessa data, o Pe. José Freire da Mata faleceria três dias depois, no dia 20 de setembro, e segundo seu inventário, eram seus bens uma fazenda de cultura denominada o Mato Dentro, que se compõem de capoeiras e poucos matos virgens e poucos campos, com casas de vivenda de sobrado, ermida, engenho de cana e de pilões, paiol, três moinhos, casa de tenda de ferreiro e de despejos, tudo coberto de telha, quintal com arvoredos e mais benfeitorias do terreiro que foi avaliada em 9:510\$000 (nove contos, quinhentos e dez mil réis), deixou ainda um sítio denominado o Retiro, que se compõem de capoeiras, campos, casas de vivenda e paiol coberto de telha e monjolo, tudo dividido por valos que o Pe. José doou a Manoel Ferreira de Paiva e sua família, avaliado em 250\$000 (duzentos e cinquenta mil

réis). O monte-mór do inventário foi 18:858\$930 (dezoito contos, oitocentos e cinquenta e oito mil novecentos e trinta réis), que foram repartidos entre seus 10 sobrinhos.

3-2- Joana Silvéria da Mata, que segue.

3-2- Joana Silvéria da Mata, nascida em Conceição da Barra de Minas no ano de 1774, casou-se no mesmo lugar aos 23 de maio de 1798 com José Antônio Pereira, possivelmente natural de Lavras, filho Domingos Antônio Pereira, esse batizado na cidade de Nazareno, e de Ana Josefa do Sacramento natural de São João del Rei. Joana e José foram moradores na fazenda do Mato Dentro, que ficava na Aplicação de Santa Ana das Lavras do Funil, atual cidade de Lavras, não confundir essa fazenda com a fazenda homônima de seu irmão, o Pe. José Freire da Mata, essa situada na Aplicação da Capela de Santo Antônio da Ponte Nova.

Joana terá falecido em início de 1829, ano em que correu seu inventário, e dentre os bens do casal constou, uma fazenda denominada do Mato Dentro, que se compõem de matos virgens, capoeiras e campos de criar, com casas de vivenda, engenho de cana, paiol, cozinha, senzalas, casa de Tenda, casas de pipas, dois moinhos tudo coberto de telha, com seu monjolo coberto de capim, que foi avaliado em 1:700\$000 (um conto e setecentos mil réis); parte do valor da fazenda da Chapada, comprada em sociedade com seus dois filhos João José Pereira e Joaquim José da Mata, avaliada em 234\$000 (duzentos e trinta e quatro mil réis) e um forno de ferro, de torrar farinha, com o peso de duas arrobas, avaliado em 9\$600 (nove mil e seiscentos réis).

José e Joana tiveram dez filhos, José Antônio Pereira em Bom Sucesso aos 27 de maio de 1829, casou-se 2ª vez com Maria Luísa de Paiva:

4-1- João José da Mata ou Pereira, nascido por 1799, foi casado com Antônia Maria do Espírito Santo;

4-2- Joaquim José da Mata, que segue;

4-3- José Joaquim Pereira, nascido por 1803, foi casado com Francisca Maria do Espírito Santo;

4-4- Ana Silvéria da Mata, nascida por 1806, foi casada com José Leite de Magalhães, filho de Francisco Pinto de Magalhães e Maria Custódia da Assumpção;

4-5- Antônio Joaquim Pereira, nascido por 1809, foi casado com Maria Jesuína de Jesus, filha de Jose Ribeiro do Vale e Maria Antônia Duarte;

4-6- Domiciano Antônio Pereira, nascido por 1811, sem mais notícias;

4-7- Maria Brígida de Jesus, nascida por 1812, e falecida em Sarapuí/SP, em 21 de agosto de 1884, foi casada com Francisco Ribeiro do Valle;

4-8- Luciana Antônia de Jesus, batizada em Nazareno aos 12 de abril de 1814, foi casada com José Ribeiro de Carvalho, irmão de Maria Jesuína supra citada;

4-9- Guilhermina Pereira, nascida por 1816, foi casada com José Gonçalves Braga;

4-10- Luciano Antônio Pereira, nascido por 1818, sem mais notícias.

4-2- Joaquim José da Mata, nascido no ano de 1801 em Conceição da Barra de Minas, batizado na Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Lavras, foi um importante fazendeiro daquela região, tendo continuado a ascensão da família; homem de negócios, ao longo da vida conseguiu considerável patrimônio, e dentre seus bens arrolados em seu inventário e no de sua esposa constaram a metade da Fazenda da Barra, onde eram moradores, compondo-se de cento e vinte e um e meio de alqueires de cultura, e vinte e nove de campos com benfeitorias e terreiro na mesma fazenda, constando casas de morada, senzalas, engenho de fazer açúcar movido por água e boi, e máquina de ferro e tambores e engenho de pilões, paiol, casa de formas com as que existem quintal com arvoredos, moinho e mais benfeitorias que limitavam pelo sul com a fazenda de Joaquim José Ferreira Leandro e fazenda do Bom Jardim, no mesmo rumo pelo nascente com a fazenda do Congo Fino e pelo poente com a fazenda da Ilha que foi avaliada em 8:927\$500 (oito contos, novecentos e vinte e sete mil e quinhentos réis), nessa mesma fazenda ainda possuía o sítio do Moura composto de culturas e campos avaliado em 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis), e um curioso bem, uma ponte sobre o Rio das Mortes que incluía quatro esteios e uma linha

para reparos avaliada em 1:400\$000 (um conto e quatrocentos mil réis).

Era dono também de uma fazenda denominada do Passa Tempo composta de cinquenta e cinco alqueires de cultura, e noventa e quatro de campos e benfeitorias, dividindo por uma lado com a fazenda do Bom Jardim e por outro com a dos Barros e Joaquim Leandro avaliada em 5:820\$000 (cinco contos e oitocentos e vinte mil réis); da fazenda da Sesmaria, composta de terras de campos e culturas, casas de vivenda, paiol, senzalas, pedras e ferragem de moinho tudo coberto de telha, incluindo o quintal cercado de muro e valos, avaliada em 8:800\$000 (oito contos e oitocentos mil réis); uma sorte de terras na fazenda do Pega Bem avaliada em 2:200\$000 (dois contos e duzentos mil réis); um sítio denominado Arroeira Cantagalo composto de setenta alqueires de campos, e quatro de culturas no Distrito do Cajuru avaliado em 2:260\$000 (dois contos e duzentos e sessenta mil réis).

Era ainda proprietário em comum da fazenda da Lavrinha, junto com seu filho José Pedro da Mata, que possuía a terça parte da dita fazenda, e que era composta de terras de cultura e campos, engenho de cana movido por bois e um dito de socar, casa de vivenda, paiol, senzala, moinho e mais benfeitorias, tudo avaliado em 38 contos de réis, fazenda essa que mais tarde seria o berço de toda a família Mata, descendentes de José Pedro e Balbina.

Joaquim José foi casado com Maria Clara de Almeida, natural de Conceição da Barra, nascida por 1810, era filha do alferes João José de Almeida e Teresa Maria de Jesus, sua mãe nascida em São Miguel do Cajuru, hoje distrito de São João del Rei, era descendente de importantes famílias daquela região como os Carvalho Duarte, era igualmente descendente de famílias paulistas quinhentistas como os Cunha Gago, os Prados, Martins Bonilha, Vaz Guedes e outras, e ainda era descendente direta de Catarina Portes del Rei, irmã de Tomé Portes del Rei, tido como o fundador de São João del Rei.

Joaquim José da Mata faleceu em 17 de fevereiro de 1876, sendo sepultado com o hábito de São Francisco na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição da Barra, conforme pediu em testamento, e Maria Clara de Almeida faleceu em 19 de dezembro de 1862 sendo sepultada na mesma igreja, tiveram onze filhos, todos nascidos em Conceição da Barra:

5-1- Francisco José de Almeida, nascido por 1831, sem mais notícias;

5-2- Batista José da Mata, batizado em 05 de outubro de 1834, foi casado com Maria Batista do Nascimento, faleceu em Conceição da Barra aos 24 de julho de 1879;

5-3- Íria Carolina da Mata nascida por 1836, foi casada com seu tio materno Celestino José de Almeida, faleceu em 24 de fevereiro de 1904;

5-4- Maria Teresa da Mata, nascida em 03 de novembro de 1837, e batizada aos 13 do mesmo mês, casou-se aos 24 de maio de 1862 com o capitão José Antônio Rodrigues, natural de São João del Rei, filho natural de Joaquina de Castro;

5-5- José Pedro da Mata, que segue;

5-6- João José da Mata, nascido por 1842, já era falecido em 1876, ano do inventário do pai, sem sucessão;

5-7- Antônio Francisco da Mata, nascido por 1844, casou-se em São João del Rei aos 23 de maio de 1863 com Maria da Conceição Neves, filha de Inácio Martiniano das Neves e Messias Cândida de Jesus;

5-8- Joaquim José da Mata Júnior, nascido em 1º de junho de 1846, batizado aos 14 do mesmo mês, foi o inventariante de seu pai, sem mais notícias;

5-9- Ana Rita da Mata, nascida por 1848, foi casada com Arcádio Bernardino das Neves;

5-10- Mariana da Mata, nascida em fevereiro de 1851, batizada em 07 de abril do mesmo ano, faleceu aos quinze anos em 29 de julho de 1866;

5-11- Custódio Otoni da Mata, nascido em 24 de abril de 1853, batizado aos 09 de outubro do mesmo ano, foi casado com Herculana Lina Viana, irmã de Balbina, esposa de seu irmão José Pedro, ambas filhas de Joaquim Viana de Souza e de Lina Maria Vieira.



Joaquim Viana de Souza, pai de Balbina

5-5- José Pedro da Mata, nascido em Conceição da Barra aos 12 de janeiro de 1840, batizado em 26 de fevereiro do mesmo ano, importante fazendeiro e líder político da região de São Tiago, era um dos eleitores do município, em uma época que o voto era censitário, ou seja, os eleitores teriam que ter uma renda de 100 mil réis para exercer o voto; por ocasião da elevação de Bom Sucesso de condição de freguesia à vila pela lei nº 1883 de 15 de julho de 1872, foi eleito vereador em 17 de setembro do mesmo ano para a primeira Intendência da então vila.

Era morador na fazenda da Lavrinha, que seu pai comprara de um certo Francisco Mendes de Mendonça, José Pedro havia comprado junto com seu pai, e era dono da terça parte da fazenda, cuja terça era no valor de 4 contos de réis, acresce o curioso fato que José Pedro só tinha pagado 500 mil réis, e o restante havia sido pago pelo pai no ato da compra, em seu testamento, Joaquim José da Mata ordenou que José Pedro somente herdaria seus bens em igualdade com seus irmãos, se pagasse os 3 contos e quinhentos mil réis restantes.

Foi casado com Balbina Lina Viana, nascida no ano de 1853 em Ibituruna, era filha de Joaquim Viana de Souza e de Lina Maria Vieira; Balbina tem se tornado conhecida nos meios familiares pelas histórias orais que dizem que seria uma pessoa autoritária e má, sem contudo eu não ter encontrado nada a esse respeito, pelo contrário, no ano de 1893, Balbina e José Pedro fazem doação de uma casa em São Tiago, com quintal e pasto anexo situada na rua do Catimbau a família de Firmina Maria da Conceição e seus cinco filhos menores, como consta de escritura de doação que fazia parte do arquivo do fórum de Bom Sucesso, Balbina seria certamente uma mulher austera, reflexo dos costumes e tradições de uma época.

Seu pai Joaquim Viana de Souza, foi igualmente importante fazendeiro de nossa região, dono de vastas proporções de terras, tinha fazendas em Ibituruna, São Tiago e Lavras, sendo que ao todo deixou ao final da vida 1003 (mil e três) alqueires de terra, espalhados por fazendas nessas cidades, e uma fortuna total de 220 contos de réis, segundo se depreende de informações em seu inventário; homem culto e líder político, mantinha correspondências com o jornal Arauto de Minas de São João del Rei, de cunho conservador, em Ibituruna exerceu os cargos de juiz de paz e subdelegado; aí neste arraial nasceu em 1820, tendo vivido até 1870, ano que terá mudado para São Tiago e onde viveu na fazenda das Laranjeiras até alguns anos antes de sua morte, quando retornou para sua fazenda da Barra em Ibituruna, e onde faleceu em 1903.

Balbina tanto pelo seu pai, como por sua mãe, era descendente também das mesmas famílias paulistas quinhentistas, como os Moraes de Antas, os Garcias Velhos, os Macieis e ainda era descendente de alguns troncos indígenas que se misturaram com portugueses ainda no século XVI, e além disso era descendente dos Carvalhos de Basto, família muito antiga de Portugal.

José Pedro e Balbina terão casado no ano de 1869, já que o filho mais velho nasceu em 1870, o casamento terá sido realizado em Ibituruna ou Conceição da Barra, e após o casamento deveriam já estar residindo na fazenda da Lavrinha, José Pedro faleceu em 16 de fevereiro de 1908, e Balbina faleceu em 14 de março de 1934, e segundo o documento de repartição dos bens de Balbina deixou 204 alqueires de campos e culturas na fazenda da Lavrinha, 70 alqueires de campos e culturas nos lugares do Retiro e Quebra Barril, 15 alqueires de campos e culturas no lugar do Taquary e 7 alqueires de campos e culturas no lugar do Carumba, sendo que o valor total somava a importância de 130:375\$000 (cento e trinta contos e trezentos e setenta e cinco mil réis). José Pedro e Balbina tiveram onze filhos:

6-1- Joaquim José da Mata Sobrinho, depois apenas Joaquim da Mata Sobrinho, conhecido como o Quinzinho, era o filho mais velho do

casal, nascido em 1870, após ter sido dispensado do impedimento de consanguinidade em 2º grau atingente ao 1º, e em 4º grau duplicado atingente ao 3º grau duplicado, casou-se primeira vez aos 10 de maio de 1890 com sua tia materna Emília Lina Viana, irmã de Balbina, nascida no ano de 1869 em Ibituruna, e falecida em São Tiago aos 09 de junho de 1907; enviuvando-se, Joaquim casou novamente em Bom Sucesso aos 07 de setembro de 1907 com sua prima Carmelita Ferreira Viana, nascida em São Tiago em 28 de outubro de 1886, filha de Ladislau Ferreira da Silva e de Ana Augusta Viana (esta era irmã de Balbina), e falecida em Bom Sucesso em 24 de junho de 1943. Joaquim e suas duas esposas viveram na fazenda das Laranjeiras, onde o mesmo faleceu em 24 de agosto de 1928, sendo enterrado no dia seguinte no cemitério de São Tiago, vítima de pleurisia serofibrinosa, conforme atestado médico de seu genro Dr. José Alves de Andrade, Quinzinho deixou grande descendência dos dois matrimônios.

6-2- Adelaide Balbina da Mata, nascida no ano de 1871, foi casada primeira vez em São Tiago aos 26 de setembro de 1891 com Joaquim Pinto de Barros, enviuvando-se, passou a segundas núpcias também em São Tiago aos 27 de fevereiro de 1922 com Antônio Bernardino de Barros, faleceu na Santa Casa de Misericórdia de Bom Sucesso aos 18 de novembro de 1925, acometida de peritonite, segundo seu registro civil de óbito deixou um filho do 1º matrimônio sem contudo ter mencionado seu nome, mas que deverá ter falecido pouco tempo depois, pois não compareceu, nem foi representado nos autos de partilha dos bens de sua avó Balbina.

6-3- José Pedro da Mata Júnior, conhecido como Juca Mata, nasceu no ano de 1872, foi casado com Albertina Neves e faleceu em São Tiago aos 23 de janeiro de 1935, já era, portanto, falecido em 1937, ano que se deu a partilha dos bens de sua mãe, sendo representado por suas três filhas, deixou descendência.

6-4- Jovina Carmen da Mata, nascida em 25 de julho de 1877, batizada em São Tiago aos 10 de setembro do mesmo ano, conhecida como Zica, casou-se também em São Tiago aos 07 de maio de 1898 com Luís Caputo, e aí mesmo faleceu em 08 de dezembro de 1953, com descendência.

6-5- Maria Dolores da Mata, conhecida como Mariquinha, nasceu em 28 de novembro de 1878, e em São Tiago foi batizada aos 05 de dezembro do mesmo ano, casou-se aos 04 de maio de 1907 com Francisco Martins Ferreira (Chico Martins), e faleceu em 21 de outubro de 1919, segundo seu registro de óbito proveniente de febre, foram moradores na fazenda do Pau Lavrado, com descendência.

6-6- Ernestina Balbina da Mata, conhecida como Titina, nasceu aos 22 de março de 1880, e foi batizada em 18 de abril do mesmo ano, após ter sido dispensada do impedimento de consanguinidade em 3º grau lateral igual, casou-se em São Tiago aos 07 de maio de 1898 com seu primo Antônio Batista Teixeira de Almeida, natural de Conceição da Barra onde nasceu aos 03 de abril de 1864, filho de João Batista de Almeida Teixeira e de Francisca Carolina da Silva, foram moradores em Ibituruna, com descendência.

6-7- Dorval Augusto da Mata, nasceu aos 26 de julho de 1881, e foi batizado em São Tiago em 15 de agosto do mesmo ano, casou-se em Resende Costa, na fazenda da Taquara, aos 24 de outubro de 1908 com Julieta Marieta de Resende, aí nascida em 04 de dezembro de 1894, filha de Francisco de Souza Resende e de Antônia Amélia da Cunha, com descendência.

6-8- Job Altivo da Mata, nascido em 03 de fevereiro de 1885, batizado aos 19 de abril do mesmo ano, casou-se em São Tiago aos 15 de maio de 1909 com Maria da Conceição Vivas, faleceu também em São Tiago em 16 de março de 1944, com descendência.

6-9- Balbina Augusta da Mata, conhecida como Bibina, nasceu aos 22 de maio de 1887, e foi batizada em 24 de junho do mesmo ano, casou-se em São Tiago aos 23 de maio de 1908 com Carlos Pereira Santiago, nascido a 24 de janeiro de 1886, filho de João Pereira Santiago e de Messias Cândida de Resende, foram moradores na fazenda do Barreado com grande descendência.

6-10- Lina da Mata, conhecida como Lica, nasceu em 15 de julho de 1888, e foi batizada aos 19 de agosto do mesmo ano, casou-se em São Tiago aos 28 de setembro de 1910 com Geraldo de Souza Oliveira, natural de Resende Costa, nascido em 02 de julho de 1888, filho de Francisco de Souza Resende e de Antônia Amélia da Cunha, foram moradores na fazenda do Retiro, Lina faleceu em São João del Rei em 16 de dezembro de 1964, e Geraldo em São Tiago aos 08 de setembro de 1963, com descendência.

6-11- Cincinato Augusto da Mata, nasceu aos 29 de junho de 1892, e foi batizado em 24 de julho do mesmo ano, após ter sido dispensado do impedimento de consanguinidade em 2º grau lateral igual, casou-se em Bom Sucesso em 30 de maio de 1914 com sua prima Ester Viana da Costa, filha de Manoel Afonso da Costa e de Delmira Lina Viana (esta era irmã de Balbina), foram moradores na fazenda da Lavrinha, com descendência.

E é deste tronco em comum José Pedro da Mata e Balbina Lina Viana, e dos dez filhos que tiveram descendência, cujos membros hoje se espalham pelo mundo, é cada um partícipe desse sangue e história que compartilhamos há mais de 325 anos, uma epopeia familiar que começa lá em Manoel Fernandes da Mata no longínquo ano de 1691, e se finaliza em cada um de nós como um grande elo de uma corrente, como uma vez disse Cecília Meireles: “Parece-me poético saber aonde estava o meu sangue por estes velhos séculos; e, em meio aos acontecimentos que dia a dia vão urdindo a história humana, onde se situaram esses antepassados que não previam os seus descendentes, como nós não prevemos os nossos.”

Mandas-me, ó Rei, que conte declarando
De minha gente a grã genealogia;
Não me mandas contar estranha história:
Mas mandas-me louvar dos meus a glória.
(Luís Vaz de Camões, em Os Lusíadas).

Fontes para esse estudo:

ARQUIVO Fórum Rondon Pacheco. Bom Sucesso.
ARQUIVO Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São João del Rei.
ARQUIVO Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Mariana.
FAMILY SEARCH. Arquivos paroquiais de Bom Sucesso. Disponível em: < <https://familysearch.org/search/image/index?owc=M5FC-RM4%3A370672601%3Fcc%3D2177275>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.
FAMILY SEARCH. Arquivos paroquiais de Conceição da Barra de Minas. Disponível em: < <https://familysearch.org/search/image/index?owc=M5FX-92S%3A370724101%2C369593702%3Fcc%3D2177275>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.
FAMILY SEARCH. Arquivos paroquiais de São Tiago. Disponível em: < <https://familysearch.org/search/image/index?owc=M5FC-JWG%3A370675101%2C370675102%3Fcc%3D2177275>>. Acesso em: 29 de maio de 2017.
PROJETO COMPARTILHAR. Inventários e Testamentos do Sul de Minas Gerais. Disponível em: < <http://projeto-compartilhar.org/>>. Acesso em: 03 de junho de 2017.
TORRE DO TOMBO. Livro de Registros Mistos de São Martinho de Celorico (1699-1717). Disponível em: < <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4803034>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.
TORRE DO TOMBO. Livro de Registros Mistos de São Martinho de Celorico (1712-1781). Disponível em: < <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4803035>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.
TORRE DO TOMBO. Livro de Registros Mistos de Vale do Seixo (1685-1744). Disponível em: < <http://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4831795>>. Acesso em: 27 de maio de 2017.

REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

A Revolução Industrial teve início no século XIX na Inglaterra com a mecanização dos sistemas de produção, em oposição à produção artesanal, o que geraria menores custos, produção acelerada, maiores lucros para os empresários. Os produtos passaram a ser produzidos mais rapidamente, barateando o preço, estimulando o consumo. A Inglaterra tornou-se pioneira na produção industrial, em especial por possuir grandes reservas de carvão mineral em seu subsolo, a principal fonte de energia para movimentar as máquinas e as locomotivas a vapor. Possuía ainda a Inglaterra grandes reservas de minério de ferro, mão de obra disponível (massas de trabalhadores, deslocadas do campo, procuravam emprego nas cidades inglesas do século XVIII) e uma burguesia com capital suficiente para financiar as fábricas, comprar máquinas e contratar empregados, sem se falar na existência de considerável mercado consumidor.

Principais invenções técnicas da Revolução Industrial:

invenção/utilização da máquina a vapor. Sistema Fabril (fiar, tecer, etc.) X Sistema Manual.

Lançadeira volante de John Kay.

Descaroçador de algodão.

Tear mecânico de Cartwright.

Máquina a vapor de James Watt.

Locomotiva de Stephenson etc.

Consequências sociais mais graves: desemprego, miséria social.

ASPECTOS POSITIVOS DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL:

1. Paralelamente e/ou em consequência à Revolução Industrial (utilização de máquinas) houve uma revolução em cadeia na agricultura e nos transportes. Maior produção industrial e agrícola, o que gerou a necessidade de seu escoamento: construção de estradas, abertura de canais. Época do surgimento das ferrovias e do navio a vapor.

2. Aumento da população, seja pela redução da mortalidade, seja pela rápida urbanização. Como as fábricas (máquinas a vapor) podiam ser instaladas em qualquer lugar – e não mais próximas às quedas d'água – houve uma irrupção de indústrias por toda parte, especialmente em áreas de minas de carvão, fazendo surgir vilas e crescer cidades, provocando um grande êxodo rural. Em 1770, a população rural inglesa era de 45%. Em 1841, a mesma população campesina correspondia a 26%, ou seja, num espaço de 70 anos, 74% dos ingleses viviam já nas cidades.

3. O aumento da população, principalmente a urbana, tornou rentável a agricultura (mais pessoas consumidoras). Novas técnicas agrícolas foram incorporadas: recuperação do solo, com o plantio de nabos e trevos (que promovem a "limpeza" do terreno e servem de alimento para o gado no rigoroso inverno europeu); a rotatividade da terra reduzia o tempo de pousio, ou seja passou-se ao plantio intermitente, aproveitando-se a gleba para várias safras; melhoria da qualidade das raças dos animais (bois, ovelhas, porcos); melhoria das ferramentas agrícolas – enxadas, arados, etc. – como consequência da evolução das indústrias.

**1830 – multiplicou-se por 10 a produção de algodão, ferro, carvão, enfim de qualquer mercadoria.
Tecnologia = Maior produtividade X Maior consumo**

Aspectos Sociais da Revolução Industrial



- Divisão social ainda mais acentuada com a chegada/introdução da máquina (sistema fabril)

Riqueza para alguns poucos (atravessadores, mercadores, pessoal da Corte e da Realeza) e miséria para multidões de trabalhadores que davam o duro nos campos e minas e se viram aliados dos meios de beneficiamento/produção. A esse respeito, o celebrado poeta Shelley, em seu poema “Aos homens da Inglaterra”, escreveu:

*“Homens da Inglaterra, por que arar
Para os senhores que vos mantém na miséria?
Por que tecer com esforço e cuidado
As ricas roupas que vossos tiranos vestem?*

*Por que alimentar, vestir e poupar
Do berço até o túmulo,
Esses parasitas ingratos que
Exploram vosso suor – ah, que bebem vosso sangue?*

*Por que, abelhas da Inglaterra, forjar
Muitas armas, cadeias e açoites
Para que esses vagabundos possam desperdiçar
O produto forçado de vosso trabalho?*

*Tendes acaso ócio, conforto, calma,
Abrigo, alimento, o bálsamo gentil do amor?
Ou o que é que comprais a tal preço
Com vosso sofrimento e com vosso temor?*

*A semente que semeais, outro colhe
A riqueza que descobris, fica com outro
As roupas que teceis, outro veste
As armas que forjais, outro usa*

*Semeai, mas que o tirano não colha
Produzi riqueza, mas que o impostor não a guarde
Teci roupas, mas que o ocioso não as vista
Forjai armas, que usareis em vossa defesa”*

Situação pior para os artesãos que antes ganhavam o suficiente com o trabalho das mãos, levando uma vida razoavelmente decente e agora com a competição das mercadorias produzidas a máquina, viram-se na miséria, levados à condição de fome absoluta.

A súbita urbanização, sem qualquer infraestrutura, geraria, por sua vez, condições insalubres, índices de mortalidade acrescidos e até epidemias.

- Para os que se viram empregados, a disciplina e o ritmo nas fábricas eram escravizantes: trabalho em turnos de 12 horas (com regras rígidas, horário para o início e nem sempre o término do horário de trabalho e sob a supervisão rigorosa de capatazes, com a missão de extrair o máximo da força de trabalho possível); salários os menores possíveis, muito especialmente para crianças e mulheres, que chegavam a trabalhar 16 horas por dia, em sistema de trabalho por produção e se não cumprida a meta havia punições pecuniárias e até castigos corporais; poluição ambiental e sonora com consequências nocivas para trabalhadores e a sociedade

- Como reação a essa situação calamitosa e de miserabilidade social, os trabalhadores desempregados ou que trabalhavam por salários baixos e em condições servis, optaram, inicialmente, por destruir as máquinas, ocasionando prejuízos aos patrões, mas igualmente prisões e perseguições. Tática que não era adequada, pois o problema estava no patrão e no sistema capitalista (subestimação da mão de obra), não na máquina. O famoso poeta Lord Byron proferiu, a esse propósito, um discurso memorável na Câmara dos Lordes (Parlamento Inglês, que tinha aprovado uma lei instituindo a pena de morte para os destruidores de máquinas) em data de 27 de Fevereiro de 1812:

“Embora devamos admitir que esse mal existe em proporções alarmantes, não podemos negar que surgiu de circunstâncias provocadas paralelamente pela miséria. A perseverança desses miseráveis em suas atitudes mostra que apenas a carência absoluta poderia ter levado um grupo de pessoas, antes honestas e industriosas, a cometer excessos tão prejudiciais a si, a suas famílias e à comunidade. Na ingenuidade de seus corações acreditaram que a manutenção e o bem estar dos pobres industriais eram questões mais importantes do que o enriquecimento de algumas pessoas por quaisquer melhoramentos nos instrumentos do comércio, que lançavam os trabalhadores ao desemprego e tornavam desnecessário o seu uso...”

Chamais a esses homens de horda, desesperada, perigosa e ignorante. Estaremos conscientes de nossas obrigações para com essa horda? É a horda que trabalha nossos campos, serve em nossas casas – que constitui a nossa marinha e nosso exército, que nos permitiu desafiar a todo mundo e pode também desafiar-nos, quando a negligência e a calamidade a tiverem levado ao total desespero”

- A luta dos operários (classe trabalhadora) pela democracia política e a conquista de melhores condições de vida e de seus interesses, só obteve resultados mais concretos após se unirem em associações e sindicatos (“trade unions”) Tentativas anteriores de se levar o assunto aos tribunais e parlamento não surtiram efeito, pois eram instituições dominadas pelos capitalistas. A própria Revolução Industrial viria permitir o fortalecimento dos sindicatos e sua organização a nível nacional, pois a concentração dos trabalhadores nas cidades, a melhoria dos transportes e meios de comunicação e informação, engendrou uma consciência da classe operária, distinta da burguesia, e daí à luta árdua e até sangrenta contra a opressão salarial, contra a legislação discriminatória e por melhores condições de trabalho e dignidade de vida. Apesar das perseguições e restrições ao seu funcionamento, os sindicatos sobreviveram e através de greves, piquetes, enfrentando prisões, mortes, confiscos, conseguiram conquistas graduais e seguras na área do trabalho, inclusive políticas, como o sufrágio universal, o direito de reunião e de exercício da plena legalidade.

• Pensamentos de Adam Smith - “A Riqueza das Nações”

“O patrimônio do pobre está na força e na destreza de suas mãos”

“O governo civil, na medida em que é instituído para a segurança da propriedade, é, na realidade, instituído para a defesa do rico contra o pobre ou dos que tem propriedade contra os que não tem nada”



OS PROBOS PIONEIROS DE ROCHDALE - INSTITUIDORES DO COOPERATIVISMO

A Revolução Industrial ceifara milhares de empregos em toda a Europa, particularmente na Inglaterra. Miséria e tragédia social retratadas, ainda hoje, por escritores, historiadores e o cinema. O surgimento das máquinas em substituição ao trabalho manual, o predomínio do capital tornaram indefesa a classe operária. Daí o desemprego, fome, greves, distúrbios, repressões que se desenhavam por todos os bairros, lares e recantos.

Numa tarde brumosa de Novembro de 1843, um grupo de pobres tecelões, sendo 27 homens e uma mulher – flaneleiros desempregados da cidade de Rochdale, próxima a Manchester (Inglaterra) – reuniu-se em um conselho, em uma “roda”, buscando meios e formas de fugir à miséria iminente e total. Inúmeras ideias surgiram, em calorosos debates, eram ali exaustivamente apresentadas.

Uns propuseram o exílio e a emigração para a América. Outros, a rebelião, com a conquista dos direitos do povo, ainda que pelas armas. Falou-se em se tornarem mercenários, alistando em exércitos de outros países ou apelarem para a mendicância. Alguns, dois ou três dos presentes, de concepções socialistas, adeptos das ideias de Robert Owen e William King, sugeriram a criação de um armazém cooperativo de consumo.

Houve ferrenhas resistências a essa ideia. Foram lembrados os insucessos de experiências similares anteriores, mas o pequeno grupo de cooperativistas conseguiu convencer os demais, justificando:

I – as vendas deveriam ser à vista, pois os armazéns anteriores foram lesados por associados que compravam a crédito, não honravam suas dívidas, deixando os armazéns sem estoque e sem capital;

II – os dirigentes serem necessariamente conscienciosos, competentes, gestores eficientes, sumamente idôneos e éticos em seus atos;

III – os associados serem solidários, leais à sua cooperativa.

Concluíram, ademais, os adeptos do cooperativismo: não era o sistema cooperativista o errado, mas sim o modus operandi. Eliminando e aprendendo-se com os defeitos de experiências passadas, a cooperativa – em novas bases racionais, ideológicas e operacionais – produziria frutos. Vitoriosa a proposta, os humildes tecelões – que viriam a ser reverenciados pela História como os “Probos Pioneiros de Rochdale” - começaram a levantar fundos

necessários para o projeto, o que foi lento, sacrificial, face à crise social e econômica que abalava a população operária da região. Levaram meses para economizar a soma de 28 libras esterlinas. Estavam lançados, enfim, os pilares do moderno e desassombroso movimento cooperativista, base da filosofia econômica solidária e de uma nova ordem social mundial, embasada na cooperação, na mutualidade, na solidariedade e no humanismo. “Neles fulgurou um desses pensamentos que só ocorrem uma vez em mil anos”, assim definiu Franz Staudinger sobre os desesperados e iluminados tecelões de Rochdale.

Levando à frente a auspiciosa ideia, elaboraram e aprovaram os Estatutos e assim a 28 de Outubro de 1844, registraram a sociedade, alugando um acanhado cômodo no “Beco dos Sapos”, com estoques de farinha, manteiga, açúcar, oficialmente aberto dia 21 de Dezembro de 1844, sob as vaías e chacotas dos demais comerciantes, de desocupados e de garotos ali reunidos para verem e ridicularizarem a “vendinha dos velhos tecelões”. Consolidava-se ali uma das grandes conquistas sociais de todos os tempos.

O Regulamento (Estatutos) da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale e seus princípios, ainda hoje, são a base, praticamente intocável e inigualável, para a instituição e o funcionamento de uma cooperativa. Tão precisamente formulados que, passados quase dois séculos, são mantidos quase em toda a sua íntegra pelas cooperativas do mundo inteiro. Assim a forma da realização das assembleias gerais, de eleição de dirigentes, da admissão e demissão de membros, subscrição e integralização de quotas, os valores mínimos e máximos de quota capital, a repartição de sobras, a contabilidade, o sistema de fundo de reserva, normas rígidas sobre a eliminação de associados “perturbadores” e de “conduta prejudicial à sociedade” estão ali indelevelmente burilados. “Se pensarmos – disse Charles Gide em finais do séc. XIX – que os Estatutos da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale foram tão estabelecidos por esses poucos tecelões de flanela, que a experiência de meio século nada encontrou que valesse a pena juntar aos mesmos e que milhares de sociedades criadas depois se limitaram a copiá-los quase que textualmente, não hesitaremos em considerar este fenômeno o mais importante talvez da história econômica. O sistema cooperativista não saiu do cérebro de sábios ou reformadores, mas das próprias entranhas do povo”.

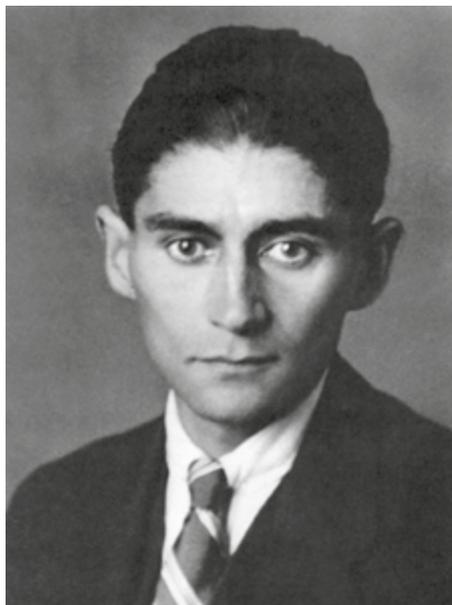
Algumas observações avulsas e um intrigante conto de Kafka

O conceituado cientista Augusto Ruschi afirmou, certa vez, ante o agressivo, brutal desmatamento secularmente verificado em nosso País, em particular da Mata Atlântica, que só havia uma explicação para o fato: o medo, o temor ao desconhecido. O cidadão, dizia ele, vê a natureza como um inimigo e dela tem apreensão, ojeriza. Algo atávico, oriundo dos tempos dos bandeirantes. Na mata escondiam-se animais selvagens, índios, quilombolas, doenças, o que se contrapunha – e ainda se contrapõe – ao nosso instinto dominador, extrativista, espoliador, a ganância sem limites. Daí toda sorte de artifícios para por florestas abaixo: machado, fogo, motosserra, trator...

II. Conversávamos, entre amigos, sobre a abominável mania, partida de moradores e autoridades, de se destruir casas antigas e monumentos de valor histórico, sejam urbanos ou rurais. Um dos presentes, psicanalista de profissão, fez um curioso, senão atônito comentário: - Medo! Medo da velhice, do amanhã. Tais pessoas sofrem cisão existencial, uma recusa a se enxergarem, a se contraporem à sua própria imagem, à sua consciência, a si próprios. Não desejando pensar o futuro, antevendo suas carcaças, seu fim putrefato, querem eliminar todos os fatos e circunstâncias que lhes lembrem a morte, a enfermidade, a fragilidade, deterioração física e dessa forma, buscam eliminar toda imagem que lhes vislumbrem o irreversível porvir. Daí destruírem, colocarem abaixo tudo quanto possa lhes lembrar sua projeção futura de decadência corporal, a começar de objetos antigos, casas históricas, por mais valiosos.

III. Pessoa que viaja muito pelas mais variadas estradas brasileiras e mesmo além fronteiras, conhecedor do mundo musical, comentava sobre o exagero do número de cantores em nosso País, em particular “artistas populares” e duplas “sertanejas”. A todo momento, caminhões, carretas, comitivas de “artistas” – muitos deles “fabricados”, inexpressivos – atravessando rodovias, rumo a shows e mais shows, regados a peso de ouro, divulgados maciçamente pela mídia, pelos mais variados pontos do território pátrio. Vão ali macaquear, arrancar o suado dinheiro das pobres comunidades interioranas ao troco de duas horas de “cantoria”

IV. Ante a vergonhosa crise política e ética que assola o País, alguém comenta: Por que não chamar “empresários milagrosos” como os donos da JBS para administrar o País? Se eles, a partir de um diminuto açougue no interior goiano conseguiram criar, em poucos anos, a maior empresa processadora de carne do mundo, devem ter algum elixir, algum segredo gerencial... Afinal, não vemos aí gente que saiu do nada, em toda a parte, ostentando patrimônio assustador, humilhante para quem trabalha honestamente, desconhecendo-se a fórmula empregada para amealharem tantos bens (decerto com sonegação, propina, mercadorias roubadas etc.).



Franz Kafka foi um escritor de língua alemã, autor de romances e contos, considerado pelos críticos como um dos escritores mais influentes do século XX

Há um enigmático conto de Franz Kafka – aliás não poderia ser diferente, em se tratando do famoso autor tcheco – que nos chama a atenção. Em “Um artista da fome” (“Ein Hungerkünstler” no original alemão), publicado em 1922, Kafka narra a história de um desses jejuadores profissionais ou faquires, algo comum

na Europa dos séculos passados, que se deslocavam de cidade em cidade, em espetáculos pagos, atraindo a atenção de espectadores que ali compareciam, a fim de presenciar e assistir tais artistas em seus longos períodos de jejum.

O personagem principal, um desses “artistas da fome” é apresentado em crise, a credibilidade ameaçada pela desconfiância do público e cuja profissão torna-se menos popular a cada dia, diminuindo os lucros do negócio. Vigilantes indicados pelo público acompanhavam-no diuturnamente para garantir que ele não se alimentasse às ocultas. Seu empresário não lhe permite estender o período de jejum além de quarenta dias, o que frustra o artista, que se sente capaz de ampliar o tempo de jejum e assim alcançar maiores recordes. Sua arte não mais chamava a atenção. Até que o público desaparece de vez, o artista vê-se sem empresário, tendo que trabalhar num circo, aos fundos, próximo à jaula e o estábulo dos animais. Esquecido, dessa maneira, entre as palhas, acaba por ali morrer, sendo seu lugar preenchido por uma pantera de estuante vitalidade, plena de agilidade, para a alegria do público à cata de novidades. Ao contrário do artista inapetente, anorético, a pantera jamais esconde seu apetite e seu prazer de comer!

Várias são as leituras, levantadas por analistas, que se podem extrair do caprichoso conto. Uma crítica à comercialização da arte. A dependência do artista ante o(s) empresário(s). O público que só deseja a performance, a espetacularização, gerando distinções entre arte popular e arte erudita. A insatisfação, a insaciabilidade da fome do artista (do ser humano, em sentido amplificado) quanto à obra realizada, mesmo quando se é aplaudido, uma manifestação, que no fundo, o jejuador rejeita. A desconfiância, a infidelidade, o ostracismo do público perante o artista. A crônica recusa em se alimentar, o corpo débil, a decadência, ainda que em meio a fanfarras, música, discursos, belas moças circenses...

Outras interpretações: o lugar do artista no mundo moderno, sua incessante necessidade de gerar público e lucro, sua posição precária, por vezes desviada diante da busca insaciável do mercado por novidades, muitas delas frivolidades. Sua liberdade e autonomia (no caso do jejuador de decidir quantos dias jejuar, até que ponto suportaria a fome, o não se importar com o fenômeno da popularidade) e que lhe são negadas.

O artista, enfim, inseguro quanto à qualidade e validade de sua arte e cuja verdadeira motivação – assim reconhece o jejuador, antes de morrer – era ter encontrado na vida alimento que o deleitasse, o gratificasse. “Se eu o tivesse encontrado, cria-me, não teria feito nenhum alarde e me empanurrado como você e todo mundo” O jejuador que se desculpa e se responsabiliza, à beira da morte, não pela sua existência, mas porque desejava ser admirado, compreendido – o que lhe foi inevitável golpe...

Kafka, ao que parece, vê o artista na condição de alienado, autômato, destituído de seu bem mais valioso: a liberdade criadora, precisando sempre agradecer, produzir mecanicamente. Tal qual o ser humano, de vínculos rompidos com o sentido maior da vida e com a comunidade sempre exigente, ingrata, que no afã do deleite, do festival do prazer, em sua fome sôfrega, impostergável, inconfessável, troca/descarta o artista por uma pantera...

A alegoria de Kafka sobre o âmbito filosófico

A alegoria construída por Kafka em “Um artista da fome” (Ed. Cia das Letras, 1998), segundo pensadores, é uma forma ou imagem visível do conceito de Schopenhauer da “impossibilidade de liberdade da vontade” ou “impossibilidade de deixar de ser o que se é”. Um quase fatalismo: o ser humano faz o que faz porque não pode evitar o que é. Não se pode se livrar das impossibilidades, fugir das limitações.

Para Schopenhauer, a arte é (como) a contemplação do mundo, a representação independente do princípio da razão, isto é, sua finalidade principal é comunicar/expressar a ideia ou objetividade imediata concebida pelo artista.

A alegoria busca, pois, “tornar visível um conceito por uma imagem”. Não se trata de uma limitação ou inevitabilidade trágica. Se impossível deixar de ser o que se é, há a chance de fazermos “arte daquilo que se é”, “com o que somos”. Uma intrigante, estranha liberdade. Nos conhecer por nossas ações – “aquilo que se quer”; reconhecer nossas potencialidades – “o que se pode fazer com aquilo que somos”; explorar habilidades e oportunidades; investir naquilo que fazemos na vida. Não podemos, para tal, prescindir do autoconhecimento, experiência, intelecto, do caráter adquirido.

Segundo Schopenhauer, “Só há culpa se há igualmente responsabilidade”, embora sejamos responsáveis por nosso caráter. Assim, no conto de Kafka, o pedido de desculpas do artista (ser humano) é, na acepção schopenhaueriana, uma constatação de que ele não soube agir corretamente ou seja a incapacidade de aprender a lidar com o que se é, consigo mesmo. Continua o pensador alemão: “Só posso arrepender do que fiz, não do que quis, pois se agi de maneira diferente daquela pertinente à minha vontade é porque me conduzi por equivocadas noções”.

Para Walter Benjamin, que estudou “O Processo” de Kafka, a esperança inexistente para os acusados kafkianos, mesmo quando há a perspectiva da absolvição. Ela, a esperança, ainda que suficiente, infinita, não existe para os réus (homens). Como no frontispício do “Inferno” de Dante: “Quem aqui adentra, perca toda a esperança”.

“Em Kafka, toda esperança é vã”
(E. Heller)

“A liberdade para os personagens em Kafka é algo impossível, um sonho angustioso”
(G. Anders)

Franz Kafka

UM ARTISTA DA FOME / A CONSTRUÇÃO



TRADUÇÃO DE MODESTO CARONE

PARASITOS INFANTIS E OUTROS INIMIGOS

Em tempos idos – e ainda nos nossos dias – enfrentava-se diversos parasitos, animais que se nutrem do sangue de outro. Para as crianças, tornavam-se permanentes, íntimos inimigos.

O piolho era uma dessas ameaças malvindas, malquistas. E nunca vinham sozinhas, pois inoculavam seus ovos, as deploráveis lêndeas, futuros piolhos, por todo o atrativo território das cabeças. Era aquela caçada pela família aos indesejáveis invasores, insaciáveis sugadores.

O anúncio de que alguém estava com piolho era um “deus nos acuda”, gerando constrangimentos, discriminações na vizinhança, na escola, na rua, na igreja. Tinha-se que rapar a cabeça ou o cabelo cortado rente, algo ainda mais embaraçoso, vergonhoso para as meninas. Era sinal confesso de piolho e de ...se manter larga distância! O fato, porém, é que a transmissão era alta, simultânea, quase endêmica. Uma criança com piolho logo repassava às demais, aos irmãos, vizinhos, colegas de escola.

Além das mãos para se capturar o piolho - matá-lo dentre as unhas dos polegares, do pente fino - usavam-se outros pesticidas, alguns caseiros, paliativos como vinagre ou ainda químicos, como o flit (que apareceu após a I Guerra Mundial), o DDT, hoje banido mundialmente pelas autoridades médicas. Atualmente, a medi-

na e a cosmética dispõem de um arsenal de xampus, sabonetes, pentes eletrônicos, mas os fitrípteros (nome técnico do piolho) continuam atacando.

Outros parasitos atenuavam – e o fazem ainda – as crianças e adultos, trazendo preocupações a todos. Carrapatos ou micuins, pulgas, bichos de pé, percevejos, pernilongos etc. Sem se falar nas preocupações com animais peçonhentos: escorpiões, cobras, aranhas venenosas, lagartas ou mandruvás etc. que, podem, a qualquer momento, provocar lesões e até mortes. E o que dizer do aedes egypt, que transmite dengue, zika, chikungunya, um verdadeiro terror em nossos dias?!

Para se combater tantos insetos e animais letais, armadilhas e formas de defesa eram posicionadas no ambiente doméstico. Cortinados e reposteiros nas janelas e camas; mosquiteiros para os mosquitos de todos os tipos, especialmente nos períodos de verão e meses quentes, pois os insetos gostam de se esconder nos espaldares das camas. Pulgas eram combatidas com repelentes vegetais como a erva de santa maria, cujos galhos de cheiro acerbo eram espalhados pelo recinto. E ainda as formigas doceiras, baratas, pulgões atacando os vasos de flores... Uma parafernália de invasores... E a nossa acerba luta em nos defender, em nos proteger!



FAZENDA MONTE ALEGRE

Na edição n. CXV, abril/2017, abordamos a Fazenda Monte Alegre, que fora propriedade do Pe. Carlos Correia de Toledo e Melo, um dos mais destacados inconfidentes. Curiosidades sobre a fazenda:

No Registro Paroquial de Terras (1855-1856), distrito de São Tiago, a Fazenda Monte Alegre aparece assim declarada:

N.º 47

"Hilarino Gonçalves Lara possui nesta freguesia de São Tiago huma fazenda de cultura e campos denominada Monte Alegre que sua mulher Dona Maria das Dores houve por sua legitima paterna e parte dela que o apresentante também houve por sua legitima paterna e herança que teve por falecimento de seu avô João Gonçalves de Lara, esta em comum com seus irmãos Francisco Gonçalves Lara e Gertrudes Maria de Jesus dividem por hum lado com a fazenda das Gamellas, Capam Grosso, José Alexandre de Mello, sua sogra Dona Rita Clara e por outro lado com a fazenda Fundo da Mata e Sismaria. São Tiago, quinze de março de mil oitocentos e cincoenta e seis. Como procurador do apresentante Francisco Gonçalves Lara. Apresentado a quinze de março de mil oitocentos e cincoenta e seis. He o que se continha na declaração supra que fielmente aqui registro e a ella me reporto e para constar faço este assento aos 17 de março de 1856. O Vigário José Mendes dos Santos"

(Registro Paroquial de Terras – n.º 47, p. 14
Fonte Arquivo Público Mineiro).

Hilarino Gonçalves Lara era filho de Domingos Gonçalves de Faria Lara (+ 27/11/1826), natural da Fazenda do Mosquito (Cel. Xavier Chaves) e de Bárbara Maria de Nazaré, também já falecida em 1826. Hilarino deve ter nascido por volta de 1823, pois tinha 3 anos quando seu pai faleceu. Tinha mais 2 irmãos: Francisco com 7 e Gertrudes com 6 anos (1826). Foram tutelados pelo avô paterno, o Tenente Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Góes (1769-29/06/1855). Inventário cx. 334 – Iphan SJDR).

O Tenente Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Goes foi batizado na capela do Mato Dentro, São José Del-Rei, aos 14/03/1769. Casado em 02/07/1788 com Josefa Maria Francisca de Faria, filha do Cap. Matheus José de Faria e Bárbara Francisca. Em 1831, com 60 anos, foi recenseado (fogo 493) no termo de São José Del-Rei, tendo como dependentes os netos Hilarino, 8 anos e Francisco Gonçalves, 12 anos. O Tenente João Gonçalves de Goes e Lara faleceu na Fazenda do Mosquito aos 25/06/1855 aos 86 anos.

II. Hilarino, Francisco e Gertrudes, coproprietários da Fazenda Monte Alegre eram sobrinhos do Pe. Joaquim Gonçalves de Góes e Lara, pároco do Quarteirão do Mosquito, hoje Cel. Xavier Chaves e que, por várias vezes, frequentou e atuou na paróquia de São Tiago em batizados, casamentos, geralmente de familiares.

Pe. Joaquim Gonçalves de Góes e Lara era filho do Ten. João Gonçalves de Lara e Góes, da freguesia de São José e Dona Josefa Maria de Faria, da freguesia de São João, neto por parte paterna de Domingos Gonçalves de Góes, da freguesia de São José e Dona Maria Bernardes de Almeida Lara, da freguesia de São José e por parte materna neto do Cap. Mateus José de Faria e D. Bárbara Francisca, da Ilha de Faial, Portugal. Pe. Joaquim ordenou-se sacerdote no Seminário de Mariana aos 08/02/1825, tendo nele adentrado em 07/01/1822 (De Genere de Pe. Joaquim Gonçalves de Góes e Lara pasta 791, Arquidiocese de Mariana, 22/05/1822).

PE JOAQUIM GONÇALVES LARA

Após o falecimento de Pe. José Mendes dos Santos (1868), vigário efetivo local, alguns sacerdotes prestaram, em caráter provisório ou esporádico ou até mesmo no âmbito estritamente pessoal-familiar, assistência pastoral à paróquia de São Tiago. Nesse último quadro, enquadra-se o Pe. Joaquim Gonçalves de Góes e Lara, que entre 1868 a 1872, aproximadamente ou mesmo em períodos anteriores (a se pesquisar), participou de eventos litúrgicos entre nós. É o que se pode observar de alguns registros de batismos geralmente de familiares⁽¹⁾.

No censo "Mapa da população" do Quarteirão do Mosquito (atual cidade de Cel. Xavier Chaves)⁽²⁾, em 1838, Pe. Joaquim Gonçalves

Lara aparece como chefe do fogo n.º 2, que contava 7 moradores, sendo 6 escravos (Cx. 4 doc. 13 – APM). Pe. Joaquim Gonçalves tinha, à época, 37 anos e era morador na Fazenda do Caxambu⁽³⁾. Segundo a oralidade, Pe. Joaquim era produtor de refinados vinhos, por ele comercializados ou ainda distribuídos a amigos, mantendo vistosos e bem cuidados vinhedos em sua propriedade⁽⁴⁾.

De acordo com o seu Processo de habilitação "De Genere", Pe. Joaquim Gonçalves de Góes e Lara nasceu na Fazenda do Mosquito em 07/07/1801, freguesia de São José e foi batizado em 19/07/1801 na Capela de Nossa Senhora da Conceição do Ribeirão do Mosquito, filial da Matriz de Santo Antonio da vila de São

José (Tiradentes), comarca do Rio das Mortes pelo Pe. Antonio José de Faria Pereira, sendo padrinhos João Inácio de Faria e Ângela Maria Lara. (Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, armário 14, pasta 0791) Entrou para o seminário de Mariana em 07/01/1822, ai dedicando-se aos estudos de filosofia e teologia, tendo sido ordenado em 26/02/1825 por Dom Frei José da Santíssima Trindade (Fonte: Cônego Raimundo Trindade - livro "Arquidiocese de Mariana").

Pe. Joaquim Gonçalves Lara era filho de João Gonçalves de Lara e Góes⁽⁵⁾ e D^a Josefa Maria de Faria, neto paterno de Domingos Gonçalves de Mello e D^a Maria Bernardes de Almeida e Lara, ambos da Freguesia de São José Del Rei e neto materno do Cap. Mateus José de Faria e D^a Bárbara Francisca de Faria, da Ilha de Faial, bispado de Angra, Portugal. Foi Pe. Joaquim o inventariante do pai e procurador de sua cunhada e sobrinha Rita de Cássia Mendonça c/c João Gonçalves Faria Lara. Segundo biógrafos, Pe. Joaquim foi provavelmente o primeiro sacerdote nascido em Cel. Xavier Chaves.

Além de Pe. Joaquim Gonçalves Lara, o casal João Gonçalves de Lara e Góes e D^a Josefa Maria de Faria teve os filhos Ana Maria (1802) e o Alferes Gervásio Gonçalves Lara, nascido em 1804, casado com Ana Francisca de Mello, nascida em 1814; o Alf. Gervásio, ao que se deduz, faleceu por volta de 1874.

Pe. Joaquim Gonçalves teve relevante atuação política, sendo vereador em São José Del-Rei⁽⁶⁾. Deixou testamento feito em 28/03/1876, onde se declara ser presbítero secular da Ordem de São Pedro, nomeando seus testamentários, em 1º lugar seu sobrinho João Batista Gonçalves Lara, em 2º lugar Mathews Gonçalves de Mendonça e em 3º Mathews Gonçalves Valadão (Cx. 71 – Iphan/SJDR). Seu inventário acha-se igualmente arquivado no Iphan, cx. 134. Dentre seus herdeiros, nomeou sua sobrinha Rita de Cássia Mendonça.

NOTAS

(1) 23/08/1868 – Capela de São Tiago - batizado de Ana, nascida em 26/07/1868, filha de Sérgio Furtado de Mendonça e Josefa de Mendonça Lara. Foram padrinhos Francisco Antonio de Mendonça, morador na freguesia de São João Del Rei e Ana Francisca de Mendonça (Reg. Batismos, fls. 14, livro 01/1866 a 12/1885).

31/08/1871 – Capela de São Tiago - batizado de Adolfina, filha legítima de Sérgio Furtado de Mendonça e Josefa de Mendonça Lara. Foram padrinhos o batizante Padre Joaquim Gonçalves Lara e Francisca Ágda de Mendonça (Reg. Batismos, fl. 25, livro 01/1866 a 12/1885).

Uma curiosidade: foi Pe. Joaquim Gonçalves Lara quem celebrou em 09/11/1844, o casamento do Cap. José Alexandre de Mello e Ana Francisca de Mendonça, pais de Mons. João Alexandre de Mendonça. ("De Genere" – Mons. João Alexandre de Mendonça – Arquivo Eclesiástico da Diocese de Mariana, armário 13, pasta 599).

Foi ainda o Pe. Joaquim Gonçalves Lara quem batizou o Mons. João Alexandre de Mendonça na Igreja de Bom Sucesso – Em 05/12/1848, o Padre Joaquim Gonçalves Lara batizou João, nascido em 24/11/1848, filho legítimo de José Alexandre de Melo e Ana Francisca de Mendonça. Foram padrinhos o Tenente Urbano Machado Valadão e Maria Cândida de Santana (Fl. 29, Livro de 08/1846 a 11/1858).

(2) O Quartelão do Mosquito, hoje Cel. Xavier Chaves, era curato de Nossa Senhora da Penha de França da Laje (Resende Costa), por sua vez distrito da Vila de São José Del Rei (Tiradentes).

(3) Segundo o sr. Rubens Resende Chaves, a fazenda Caxambu ou ainda Caxambu do Retiro hoje é conhecida como Fazenda do Retiro, propriedade ultimamente do espólio do sr. Hélio de Andrade Resende (administrada hoje pela viúva D^a Margarida, o filho Edmar e o neto Claudimar).

De acordo ainda com o sr. Rubens Chaves, o engenho "Conceição do Mosquito" não mais existe. E que o engenho de sua propriedade (sr. Rubens) é do ano de 1717, adquirido por seu avô o Cel. Xavier Chaves em 1880, o engenho mais antigo em funcionamento no País.

A Fazenda do Mosquito foi propriedade do sr. Tonico (primo do sr. Rubens), depois do sr. José Eloy de Sousa, já falecido, sendo hoje administrada por seu filho Marcelino Carlos de Sousa.

(4) O jornal "A Actualidade", do Rio de Janeiro, em sua edição 259, p. 4, de 08/10/1862 traz a relação de prêmios conferidos pelo júri da 2ª Exposição Industrial Mineira, realizada dia 14 de setembro de 1862, sendo o Pe. Joaquim Gonçalves Lara agraciado com a medalha de prata "pelo seu vinho".

(5) O Ten. João Gonçalves de Lara e Góes nasceu por volta de 1769 e faleceu aos 29/06/1855, sendo inventariante o seu filho Pe. Joaquim Gonçalves Lara (Cx. 508). Foi proprietário da Fazenda Conceição do Mosquito, atualmente Cel. Xavier Chaves, onde havia um engenho movido a água. Seu filho, Gervásio Gonçalves Lara era proprietário dos Dois Côrregos e seu genro, o Major Mateus Furtado de Mendonça do Retiro do Caxambu.

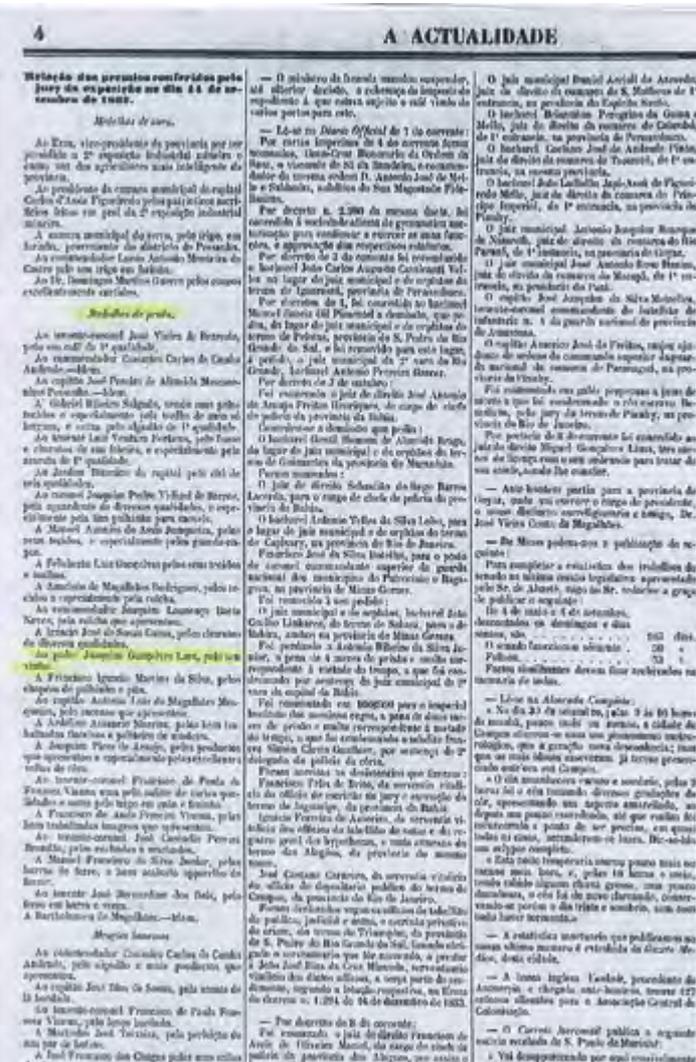
João Gonçalves de Lara e Góes foi batizado em 14/03/1769 na Capela de Nossa Senhora da Conceição de Mato Dentro, filial da Matriz da Vila de São José, pelo Pe. Antonio Gonçalves dos Santos, tendo como padrinhos Manoel Gonçalves de Araújo e D^a Ana Maria Bernardes, esta tia do batizando por parte de mãe (Livro 07, cx. 3, fls. 283v, estante 01 – São José, Arquivo Eclesiástico da Diocese de São João Del Rei).

O Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Góes casou-se com Josefa Maria de Faria, em 04/07/1888 na ermida da Senhora do Rosário (Fazenda Roça Grande, propriedade do Cap. Caetano Nunes Pereira), sendo oficiante o Pe. Joaquim da Silva Torres e testemunhas o Dr. João Antonio da Silva Leão e o Ten. Ambrosio Dias Raposo (3º Livro de Casamentos, fls 242)

O Quartel Mestre João Gonçalves de Lara e Góes faleceu aos 23/06/1855 com início de inventário aos 16/07/1855.

(6) "Em 1860, São José do Rio das Mortes encontrava-se em pleno ostracismo. Do esplendor vivido no século XVIII, restavam apenas a riqueza barroca da Matriz de Santo Antonio, a imponência do Chafariz de São José e os belos casarões e templos, alguns em ruínas. Possuía sete ruas calçadas, quatro praças e cerca de treze mil habitantes, estando três mil na sede. Tinha um eleitorado de trinta e seis pessoas e mantinha aula pública de latim e francês, além de instrução primária. A atividade econômica consistia na produção de tecidos de algodão, calçados, vinhos, queijos e cal, além da criação de gado em pequena escala e da prática da agricultura de subsistência. O município compunha-se com os distritos de Lagoa Dourada, Laje, Santa Rita do Rio Abaixo e São Tiago, dentre outras localidades que logo se desmembrariam. Com a elevação à categoria de cidade, a principal mudança sentida foi o aumento de vereadores que de sete passariam para nove. À época, compunham a Câmara Municipal o Barão de Itaverava, Padre Joaquim Gonçalves Lara, Comendador Mathias Furtado de Mendonça, Major Francisco d'Assis Resende, o Capitão João Antonio de Campos, Vicente Teixeira de Carvalho e Manoel Gonçalves d'Assis (Rogério Paiva – Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes – iht.blogspot.com/.../sete-de-outubro-de-1860-sao-jose-de-html, acesso em 16/03/2017).

No "Almanak Administrativo, Civil e Industrial da Província de Minas Gerais – 1873" (ano base 1872), tópico "São José Del-Rei", o Pe. Joaquim Gonçalves Lara aparece como Delegado de Instrução daquela localidade.



O REINO DE BURROS E RATOS



O rei, estando em viagem, encontrou no caminho um camponês montado em seu burro. Ao vê-lo, o homem, respeitosamente, disse: - Majestade, é melhor retornar ao palácio ou se abrigar convenientemente, pois vai chover muito.

O rei, entre surpreso e pensativo, redarguiu: - Viajo sempre mediante criterioso planejamento. O ministro da Meteorologia, aliás muito bem pago pelo Tesouro Real, garantiu-me o contrário. Que o tempo estaria firme e propício a viagens. Vou, pois, seguir em frente.

E assim o fez. Choveu torrencialmente, deixando o rei encharcado, resfriado e ...indignado. Furioso, retornou ao palácio e demitiu sumariamente o ministro. Convocou em seguida o camponês e ofereceu-lhe o cargo. Este, não sendo político, sincero, recusou o convite, expondo ao monarca: - Senhor, nada entendo do assunto, mas quando as orelhas do meu burro estão caídas, significa que vai chover.

O rei, então, usou a lógica e nomeou o animal, iniciando-se assim o costume de se nomear burros. Como as estrebarias, principalmente as palacianas, atraem ratos, dada a abundância de rações e fenos, desde, então, os burros passaram a ter as posições maiores e as mais bem pagas do reino. E junto a eles enxames de ratos que, igualmente, na condição de cupinchas, protegidos, nomeados, tomaram conta da administração daquele reino.

Querer ser mestre antes de ser Discípulo



Certo homem procurou célebre mestre, pedindo-lhe que o aceitasse como seu discípulo. Percebeu o mestre, dada sua poderosa intuição espiritual e clarividência, que o recém chegado era assaz imaturo, não estando minimamente preparado ou receptivo às instruções e à vida monástica.

-Você sabe o que necessita fazer para ser meu discípulo? Perguntou o mestre

-Não - respondeu o homem - Gostaria, pois, que me esclarecesse.

-Ora – informou, solicitamente, o mestre – você precisa buscar água no poço, apanhar lenha, cozinhar, varrer, trabalhar duro, durante horas, em serviços pesados. Além disso, precisa estudar, meditar e muito. O que você acha?! Está disposto a tudo isso?!

-Ah, agora já sei o que o discípulo faz. Mas, por favor, diga-me o que o mestre faz, inquiriu o homem

-O mestre fica sentado, ministrando instruções espirituais, esclareceu o mestre

-Já entendi – disse o homem. Nesse caso, não quero nem desejo ser discípulo. Quero que o senhor me faça mestre!

(Conto tradicional indiano)